



2014: Ano internacional da agricultura familiar

A Organização das Nações Unidas (ONU), declarou 2014 como o “Ano Internacional da Agricultura Familiar” (AIAF 2014). Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), o AIAF 2014 tem como objetivo chamar a atenção de governos de todo mundo para a agricultura familiar e para os pequenos produtores, lembrando seu papel fundamental na produção de alimentos, erradicação da fome e pobreza, segurança alimentar e nutricional,

gestão dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável nas áreas rurais.

O objetivo do AIAF 2014 é trazer o debate da agricultura familiar para o centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas de todos os países, identificando as oportunidades e dificuldades que este setor enfrenta, a fim de traçar uma estratégia de mudança rumo a um desenvolvimento mais justo e equilibrado.

CONVERSA COM William Clementino (CONTAG)

O IPAM conversou com William Clementino, vice-presidente e secretário de relações internacionais da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) sobre o AIAF, como ele mesmo prefere chamar (Ano Internacional da Agricultura Familiar, Campesina e Indígena). A declaração de William pode ser lida a seguir:

“Há dois anos, a sociedade civil camponesa, no mundo, começou a observar que todos os anos a ONU declara um ano atípico. A exemplo, 2013 foi o “Ano Internacional da Quinoa”, para incentivos, visibilidade, seu papel e importância na alimentação das pessoas. Então, observando isso, começamos a incidir na assembleia das Nações Unidas pleiteando que 2014 fosse o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Mais de 360 organizações de todos os continentes incidiram fortemente nessa assembleia, quando, então, a ONU declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF).

Nós da CONTAG fazemos parte do comitê mundial do AIAF, orientando diretrizes que efetivamente devem incidir sobre o AIAF. Estamos construindo, no âmbito da Regional América Latina e Caribe da FAO, um comitê



para que a gente possa direcionar as ações para região e, também, estamos no Comitê Brasileiro do AIAF. Quem está coordenando o processo é Graziano [José Graziano da Silva], um brasileiro.

Nesse âmbito do Comitê Brasileiro do AIAF, nós da CONTAG propusemos, e foi muito bem aceito, que nós vamos, enquanto comitê e perspectiva do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), trabalhar primeiro o foco da comunicação e diálogo, o papel, a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável do Brasil; dialogar com a sociedade sobre isso, porque muitas vezes a sociedade se alimenta de um produto da agricultura familiar (hoje, mais de 70% [dos alimentos] é produzido pela agricultura familiar), mas não sabe que o produto vem da agricultura familiar.

O segundo eixo que nós estamos trabalhando no Comitê, proposto, inclusive, por nós da CONTAG, é a consolidação das políticas públicas. Tudo aquilo que são bons programas, precisam se consolidar em políticas públicas, não deve ser programa de um governo ou de outro.

Enfim, para mim, como se diz, “que seu alimento seja seu remédio e seu remédio seja seu alimento”. Portanto, acho que essa forma de produzir da agricultura familiar incide diretamente sobre a necessidade de cuidar de uma alimentação sana e sadia.”

PA Cristalino II • Território BR 163

Os destaques do primeiro semestre do Ano II do PAS no PA Cristalino II

ELABORAÇÃO E ENTREGA DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR):

Foram elaborados e entregues 41 CARs aos assentados e assentadas do PA Cristalino II durante um evento festivo organizado pelos próprios beneficiários. O evento contou com a presença do prefeito de Aveiro, representantes das secretarias municipais e vereadores do município, do superintendente e servidores do INCRA/SR30, além de representantes de organizações sociais do território BR-163.

CONCRETIZAÇÃO DE AGENDAS COMPARTILHADAS NA GESTÃO DO PA CRISTALINO II:

As várias lideranças sociais locais e de atuação regional agiram de forma integrada com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Aveiro para elaboração de Cadastros Únicos e, com o INCRA/SR30, na agenda de revisão ocupacional. A expectativa é de que estas ações conjuntas criem novas oportunidades de acesso às políticas públicas. Na busca de continuar fortalecendo a estrutura organizacional do PA Cristalino II, as lideranças sociais integrantes do Grupo de Sustentação do assentamento, juntamente com o IPAM, realizaram um diagnóstico para analisar a situação estrutural e funcional de cada organização social representativa dos assentados.



Intercâmbio com produtores e produtoras do PA Moju I e II, Território do Baixo Amazonas.

As entrevistas foram direcionadas para diretores e sócios das organizações para identificar os problemas, ameaças, potenciais e oportunidades de cada organização.

INTERCÂMBIOS:

Foram promovidos intercâmbios entre alguns assentados do PA Cristalino II e assentados do PA Moju I e II, situado na região do Baixo Amazonas. O intercâmbio teve dois grandes objetivos: proporcionar a troca de conhecimentos sobre sistemas de captação de água para uso familiar e comunitário e sobre sistemas de produção através de Sistemas Agroflorestais, para incentivar a adoção de tecnologias diferenciadas na captação e abastecimento de água e na produção agroflorestal.

CRIAÇÃO DE REFERÊNCIAS DE DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO:

Em parceria com a comunidade Santa Inês e aprovação da secretaria de educação municipal de Aveiro, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sem Terra III recebeu uma horta escolar como estratégia de disseminar técnicas de produção de hortaliças, incentivo ao consumo de vegetais oriundos de hortas, além de garantir um novo espaço para estudo, principalmente em ciências, e educação ambiental. A horta será mantida pelos alunos, pais e funcionários da escola.



Horta Escolar na Comunidade Santa Inês com presença dos alunos.

PA Bom Jardim e Núcleo PSA • Território da Transamazônica

Visita da Embaixadora da Noruega, entrega do CAR e início dos Pagamentos por Serviços Ambientais



Embaixadora Sra. Aud Marit Wiig, Denise Nascimento (IPAM) e Elenice Ramos de Castro grupo Arapari—entrega do CAR.

VISITA DA EMBAIXADORA DA NORUEGA:

Nos dias 25 e 26 de fevereiro, as famílias do Território da Transamazônica, participantes do PAS, receberam a visita da Embaixadora da Noruega no Brasil, Sra. Aud Marit Wiig e da Conselheira de Meio Ambiente da Embaixada da Noruega, Sra. Elisabeth Forseth.

Em dois dias de visita, embaixadora e conselheira viveram de perto a realidade dos assentamentos de reforma agrária no Oeste do Estado do Pará. Inicialmente participaram de seminário organizado para promover a troca de informações e visões entre os agentes locais e a delegação da Noruega, onde foi discutida a estratégia e abrangência do PAS, a história da região Transamazônica, o papel dos movimentos sociais e a realidade dos assentamentos de reforma agrária na Amazônia. Juntamente com o IPAM e Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), participaram deste seminário instituições parceiras do projeto como secretarias municipais da região, sindicatos de trabalhadores rurais, FETAGRI, EMBRAPA, IDEFLOR entre outros. Além do seminário, a embaixadora e a conselheira ainda visitaram famílias em dois assentamentos de reforma agrária e tiveram a oportunidade de conversar com mais de 50 produtores e produtoras rurais dos municípios de Senador José Porfírio, Anapu e Pacajá-PA. Nessa ocasião e das mãos da embaixadora, famílias presentes receberam o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de suas propriedades.

ENTREGA DO CAR:

Concluiu-se o levantamento de dados para a elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental das propriedades para a elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das 350 famílias dos grupos de Pagamento por Serviços Ambientais e de mais 200 famílias do PA Bom Jardim. Já foram emitidos 200 CARs deste total! Depois de organizados estes dados e elaborados os documentos, o PAS iniciou a entrega dos CARs para as famílias beneficiadas. O CAR vai ajudar no processo de regularização ambiental e abrir novas oportunidades para o desenvolvimento produtivo e sustentável dos lotes.

PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA):

Cerca de 350 famílias dos grupos de PSA assinaram o contrato de adesão ao sistema de PSA do PAS. Ao todo são 12 grupos, sendo eles Aparecida, São Vicente, Terra Rica, Pacajá, Bom Jardim, Vicinal 338, Pilão Poente, Nova Canaã, Surubim, Canoé, Tarumã e Arapari. Nestes termos de adesão, as famílias se comprometeram a, juntamente com as organizações envolvidas no projeto, unir esforços para a implementação do Sistema de Pagamento por Serviços Ambientais e contribuir no processo de transição produtiva em cada propriedade envolvida. Este processo de transição produtiva é fundamental para evitar novos desmatamentos. Assinados os termos, as famílias beneficiadas começaram a receber o Pagamento por Serviços Ambientais, como incentivo por não desmatarem novas áreas.

PROJETO NOSSA ÁGUA:

O Projeto Nossa Água recebe financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e é complementar ao PAS. Este projeto visa a implementação de microssistemas de abastecimento de água para 590 famílias dos assentamentos contemplados pelo PAS. No PA Bom Jardim, foi finalizada a seleção de famílias que receberão 85 poços. O contrato com as empresas que farão os poços já foi assinado e está em andamento a capacitação das famílias para gestão sustentável das águas.

PA Moju I e II • Território do Baixo Amazonas

Entrega do CAR e implementação de microssistemas de abastecimento de água

ENTREGA DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL NO PA MOJU I E II:

No dia 4 de fevereiro, ocorreu a entrega dos primeiros CAR (Cadastro Ambiental Rural) para as famílias do Assentamento Moju I e II, situados nos municípios de Placas, Mojui dos Campos e Belterra. A entrega do CAR para as famílias responde a uma pauta da Central de Organizações (CAAREAPA), entidade que reúne diversas organizações do assentamento, e das Associações Comunitárias do PA Moju I e II.

O Cadastro Ambiental Rural é um documento obrigatório e fundamental para o desenvolvimento do lote. O prazo médio para começar o processo de regularização das propriedades é de cinco anos, contados a partir do dia 28 de maio de 2012, de acordo com o novo Código Florestal (Lei nº 12.651). Passados estes cinco anos, quem não estiver com o cadastrado em dia, não terá acesso aos financiamentos agrícolas.

O cadastramento dos assentados é um processo que faz parte da agenda de desenvolvimento do PA e, ao mesmo tempo, compõe a estratégia de regularização ambiental dos mais de mil e quinhentos lotes que formam o PA Moju I e II.

A emissão de cerca de 1.300 CARs, distribuídos nos três assentamentos contemplados pelo PAS, é uma das metas do eixo de Regularização Ambiental e Fundiária do projeto. Destes, até hoje, já foram entregues mais de 500 CAR no PA Moju I e II.

ASSENTADOS DO PA MOJU I E II SERÃO BENEFICIADOS COM MICROSSISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

Paralelo ao Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia (PAS), o IPAM executa o Projeto Nossa Água, também chamado de PAS-Água, uma vez que complementa o primeiro. Este projeto recebe apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio de sua Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e em parceria com o INCRA

e CAAREAPA (Central das Associações dos Assentados de Reforma Agrária do Estado do Pará).

O Projeto Nossa Água contempla os três Projetos de Assentamento da região oeste do Pará atendidos pelo PAS (PA Moju I e II, PA Bom Jardim e PA Cristalino II), com o desafio de lidar com a dificuldade do acesso à água nestas regiões. Serão implementados 180 poços individuais e 7 coletivos, os quais atenderão 590 famílias. Assim, será possível e promover o tratamento da água para consumo humano, reduzindo a insegurança nutricional e tornando viável a permanência das famílias no campo.

Apesar de ser um recurso natural imprescindível à vida e de grande abundância na região amazônica, uma considerável parte da população rural não possui acesso a fontes seguras água. O maior problema é a contaminação dos cursos de água e poços, o uso sem tratamento e seu armazenamento de forma inadequada.

Seguindo o cronograma de atividades do projeto, no dia 19 de fevereiro deste ano, no escritório do IPAM em Santarém, foi assinado o contrato que viabiliza a instalação do poços para a captação de água subterrânea no PA Moju I e II. Estes poços beneficiarão 354 famílias de assentados rurais.



Assinatura do contrato para perfuração dos Poços no PA Moju I e II.

Novidades no Oeste do Pará

Território da BR-163

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - SINTRAF Alto Tapajós, estabeleceu desde 2013 uma parceria com a GR - Assessoria Planejamento de Projetos Agropecuários, para apoiar a empresa na execução de ATER do Programa Brasil Sem Miséria, visando a Promoção da Cidadania dos Agricultores Familiares em Situação de Extrema Pobreza do Território da Cidadania da BR 163, principalmente nos municípios de Itaituba e Aveiro.

A iniciativa está beneficiando cerca de 300 famílias e para Geraldo Lira, diretor do SINTRAF – Alto Tapajós, “o acompanhamento técnico das famílias em situação de extrema pobreza, poderá ajudá-las a superar essa condição por meio da inclusão produtiva e social, uma vez que as famílias estão recebendo cursos, orientação técnica e recomendações de

como acessar políticas públicas voltadas para esta população. Além disso, cada família pode acessar através do cartão bolsa família ou cartão cidadão um fomento de até R\$ 2.400,00 para melhorar a gestão e implantação dos seus sistemas produtivos”.



Território da Transamazônica

Nos dias 25 e 26 de fevereiro, na cidade de Porto de Moz, a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), Serviço Cerne, Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDS) e Universidade de Freiburg (Alemanha) promoveram o seminário “Questões Produtivas na RESEX Verde para Sempre”. O evento reuniu mais de 200 pessoas de comunidades ribeirinhas da unidade de conservação e teve o foco dos debates relacionados aos desafios da gestão pesqueira, manejo florestal comunitário e criação de animais de grande porte na RESEX. Na ocasião os planos de manejo das comunidades foram entregues ao presidente do ICMBio que também comprometeu-se, no prazo de 30 dias, construir um Termo de Ajuste de Conduta para resolver a situação da criação de búfalos na RESEX, bem como acolher os acordos de pesca das comunidades e, em conjunto com as comunidades, elaborar um plano de monitoramento para garantir a melhor gestão dos recursos pesqueiros na unidade de conservação. O evento teve o apoio financeiro da União Européia.



Presidentes das associações comunitárias, apoiados pelo IFT, entregam planos de manejo ao presidente do ICMBio.

A voz do campo



“Vejo os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) como uma melhoria. Farei investimentos na minha propriedade, principalmente na área que destinei para a agricultura”.

ELENICE RAMOS DE CASTRO, GRUPO ARAPARI, NÚCLEO PSA, TERRITÓRIO DA TRANSAMAZÔNICA



“Pra mim, [o CAR] foi muito importante. Pensava que eu nunca ia receber. A gente está aqui, nesse lugar que não tem nada, sem comprovante que mora nesse lugar. Mas até que chegou e recebi o meu CAR. Estou muito contente, feliz, por causa do PAS. Através dele consegui o meu CAR, estou muito satisfeita, graças a Deus”.

MARIA FRANCINETE PEREIRA DOS SANTOS, MORADORA DA COMUNIDADE SERRA DA FUMAÇA NO PA CRISTALINO II – AVEIRO PA, TERRITÓRIO DA BR-163



“Hoje nós recebemos o documento CAR. Nós temos uma grande necessidade deste documento. O CAR é importante pra gente fazer um financiamento, fazer uma venda de gado e demais negócios que tenham a fazer dentro do assentamento. Estou satisfeito, muito feliz.”

ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO CARVALHO, MORADOR DA COMUNIDADE SERRA DA FUMAÇA NO PA CRISTALINO II – AVEIRO PA, TERRITÓRIO DA BR-163

Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia

REALIZAÇÃO



O INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM) é uma organização de pesquisa científica, não-governamental e sem fins lucrativos que, há 17 anos, trabalha por um desenvolvimento sustentável da Amazônia que seja pautado pelo crescimento econômico, justiça social e proteção da integridade funcional dos ecossistemas da região.

ENDEREÇOS DO IPAM: **Altamira (PA):** Alameda Brasil, 1012. CEP 68.372-510. Tel: (93) 3515-3510; **Belém (PA):** Trav. Mauriti, 3398 - Altos. CEP: 66.093-180. Tel: (91) 3239-6500; **Brasília (DF):** SHIN CA 5, Bloco J2. Salas 306,308,309. CEP: 71.503-505. Tel: (61) 3468-2206 / 2109-4150; **Canarana (MT):** Rua Horizontina, 104. CEP: 78.640-000. Tel: (66) 3478-3631; **Itaituba (PA):** Rua Lázaro de Almeida Baima, 791 (2ª Rua) - Jardim das Araras. CEP: 68.180-110. Tel: (93) 3518-1688; **Rio Branco (AC):** Rua Dourado, 142, conj. Tangará. CEP: 69.915-002. Tel: (68) 3226-2778; **Santarém (PA):** Av. Rui Barbosa, 136. CEP: 68.005-080. Tel: (93) 3522-5538 / 3522-5285.

ESSE PROJETO RECEBE RECURSOS DO



APOIO



PARCERIA



A FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR (FVPP) é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1991 por iniciativa de agricultores familiares e movimentos populares da região da Transamazônica e Xingu no oeste do Pará. Desde a sua fundação, se mantém articulada com os movimentos sociais da Amazônia e do país, na proposição e execução de projetos identificados com uma visão sustentável de desenvolvimento.

ENDEREÇO: Rua Anchieta, 2092, Altamira (PA). CEP: 68.371-272. Tel: (93) 3515-2406



O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

ENDEREÇO: SBN Qd. 01, Bloco D, Edifício Palácio do Desenvolvimento, Brasília (DF). CEP: 70.057-900. Tel: (61) 3411-7474

O Projeto Assentamentos Sustentáveis na Amazônia conta com três grupos de sustentação, situados um em cada território de abrangência do projeto. Estes grupos são compostos por sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e associações de produtores entre outras entidades que representam as famílias assentadas e demais atores envolvidos nas atividades. Tem como objetivo contribuir no processo de gestão do desenvolvimento dos assentamentos.